



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

1ª RAE- PE/ CSJT– 16/09/2021

PROPOSTA DE PAUTA

1. Pendências de reuniões anteriores	Identificador

2. Itens para pauta	Identificador
(1) Apresentação de resultados AGGEST (2) Apresentação de resultados Ouvidoria (3) Apresentação de resultados SEOFI (4) Apresentação de resultados SGPES (5) Apresentação de resultados SETIC (6) Apresentação de resultados SECOM (7) Apresentação de resultados Auditoria (8) Apresentação de resultados SG	

3. Outros assuntos	Identificador

4. Deliberações via e-mail	Identificador

5. Agendamento da próxima reunião	Identificador

ATA DE REUNIÃO

Local	Período
Videoconferência	16/09/2021

No dia 16 de setembro de 2021, por videoconferência, das 14h às 16h30, ocorreu a 1ª Reunião da Análise Estratégica – 1º semestre de 2021. Estiveram presentes os seguintes servidores do Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

1ª RAE- PE/ CSJT– 16/09/2021

Nome
Carolina da Silva Ferreira Secretária Geral
Ivan Bonifácio Assessor de Governança e Gestão Estratégica do CSJT
Maria Tereza Orlandi Ouvidoria
Edson Roberto Rasia SEOFI
Janaína Luciana de Lima Gomes Secretária de Gestão de Pessoas do CSJT
Luiz Antônio Mendes Garcia SETIC
Alessandro Jacó de Almeida SECOM
Rilson Ramos de Lima Auditoria
Claudia Pereira de Souza Brandão Fernandes CSAN/SETIC
Silvio Rodrigues Campos SGRCSJT
Mayara Cristina de Faria Wiira SGRCSJT
Reginaldo Pereira de Matos CGDOC
Daniel Souto Rocha CTPJE/SETIC
Ana Leticia Moura Vilela NUGOV/SETIC
Ana Luisa Amorim Ribeiro Servidora da AGGEST
Daniel Gerbis Servidor da AGGEST
Rayana Peixoto Gonçalves Secretária da AGGEST



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

1ª RAE- PE/ CSJT– 16/09/2021

Item:	2.1. Apresentação de resultados AGGEST	ID
<p>Sr. Ivan iniciou agradecendo a presença de todos e esclareceu que o objetivo da reunião é demonstrar o andamento das ações e trabalhos referentes às iniciativas e indicadores que contribuem para o cumprimento das metas do Plano Estratégico do CSJT(PE-CSJT)</p> <p>Em seguida, fez a apresentação da distribuição dos indicadores/iniciativas do Plano que seriam abordados nesta 1ª RAE e quais ficariam para o próximo encontro de avaliação da estratégia.</p> <p>De responsabilidade da AGGEST, foram apresentadas a iniciativa “ Governança de Colegiados Temáticos” e o Indicador “Índice de processos sobre trabalho decente julgados (IPTDJ)” .</p> <p>Governança de Colegiados Temáticos: Instituída equipe (ATO CSJT.GP.SG.AGGEST Nº 62/2021) de iniciativa nacional com objetivo de regulamentar a governança de colegiados temáticos da Justiça do Trabalho. A previsão para entrega da minuta da política de governança de colegiados temáticos está para setembro.</p> <p>Índice de processos sobre trabalho decente julgados (IPTDJ): Está em andamento um projeto piloto entre os Tribunais Regionais do Trabalho da 3ª, 9ª e 12ª Regiões para a apuração de indicadores utilizando o CODEX e Algoritmo de Inteligência Artificial.</p>		

Item:	2.2. Apresentação de resultados Ouvidoria	ID
<p>Sra. Teresa informou que, com apoio da AGGEST, estão em andamento dois projetos importantes para o Conselho: a iniciativa “carta de serviços” e o indicador “índice de satisfação”.</p> <p>Carta de serviços: foi criado formulário para informação sobre os serviços prestados pelas unidades do CSJT. Após compilação das informações, foi elaborada minuta de Ato para instituição da Carta de Serviços do CSJT. Foi definido processo de revisão periódica da carta de serviços. Foi informado que a elaboração do <i>layout</i> da Carta já foi solicitada à SECOM e que a minuta de Ato será disponibilizada para a Secretaria-Geral junto com a Carta, quando finalizada.</p> <p>Pesquisa de satisfação: Foram definidas perguntas gerais que serão aplicadas ao final do serviço prestado pelas unidades do CSJT. Além disso, se a unidade julgar necessário, poderá ser definida a quarta pergunta específica da unidade. Os meios de aplicação da pesquisa serão via telefone e/ou email. O pacote de perguntas já foi entregue para a SETIC/CSUP, a qual informou previsão de implementação para novembro/2021. Assim que a entrega for feita, reunião será agendada pela Ouvidoria com as unidades para alinhamento do modo operacional.</p> <p>Foi destacado que o monitoramento dos resultados deve ser feito pelas unidades e principalmente pela ouvidoria, para apuração e controle. Foi sugerido realizar relatório anual de cada unidade para publicação no site. Proposto periodicidade de apuração, de 6 meses a 1 ano.</p> <p>Encaminhamento: Dra. Carolina comentou que o período de 6 meses seria um parâmetro adequado, não podendo passar de um ano, e que a avaliação dos resultados deve também ser feita sempre antes da transição de gestão, e que esse dados devem ser itens indispensáveis do</p>		



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

1ª RAE- PE/ CSJT– 16/09/2021

relatório de gestão.

Item:	2.3. Apresentação de resultados SEOFI	ID
<p>Sr. Edson apresentou o trabalho referente ao Índice de cumprimento da Emenda Constitucional nº 95/2016 (ICEC95), que tem como objetivo acompanhar de forma mensal o cumprimento da EC n. 95 pelos TRTs. Foi informado que a média do ICEC95 na JT, para o período de janeiro a junho, ficou em 46,51% e que este valor estaria dentro do razoável, já que a meta para o final do ano é de 100%. Destacou que houve uma menor execução financeira para o período apurado em decorrência da pandemia.</p> <p>Em relação ao Índice de execução das dotações para as despesas discricionárias (IEDDD), informou que o acompanhamento é feito bimestralmente, e tem como meta para 2021 fixada em 70%. O resultado apurado para o primeiro semestre foi de 57,43% para a média na JT. Ressaltou que essa meta está ligada à Emenda Constitucional n.109 e não deve ultrapassar 95%.</p> <p>Encaminhamento: Dra. Carolina solicitou que as futuras apresentações sejam aprimoradas, inserindo breve resumo sobre as emendas/resoluções que estão relacionadas, bem como dados explicativos de TRTs que estão muito acima ou abaixo da média geral e que destoam do padrão. Sugeriu, ainda, que sejam relatados os aspectos que demonstrem de forma mais clara a atuação da SEOFI com os TRTs e destaques que influenciaram nos resultados, mesmo aqueles que estão no padrão Sr. Ivan informou que incluirá as sugestões nos próximos modelos de apresentações.</p>		

Item:	2.4. Apresentação de resultados SGPES	ID
<p>Sra. Janaina iniciou apresentando a iniciativa “Nova resolução 63” (Res. 296/2021), que trata da estrutura e distribuição de cargos e funções na Justiça do Trabalho.</p> <p>Informou que está em andamento a primeira fase que visa obter diagnóstico da situação de cumprimento pelos TRTs. Foram criados formulário e manual detalhado para que os Tribunais Regionais informem quais dispositivos da Resolução estão sendo cumpridos e quais providências serão tomadas para que seja implantada. O prazo definido para o envio das informações pelos Tribunais Regionais encerra em 11/10/21. Após essa data, os dados serão analisados juntamente com a estatística do TST, para emissão de parecer que será submetido à Administração Superior. Reuniões para esclarecimento de dúvidas estão sendo realizadas com participação da Secretaria Geral, a partir de solicitação dos TRTs</p> <p>Sobre a iniciativa “Avaliação de impacto dos eventos de capacitação CEduc-JT021”: a avaliação de impacto foi sistematizada e o formulário padrão revisado, possibilitando a geração de relatórios e tornando-os mais dinâmicos. Esse modelo sistematizado já foi aplicado para os eventos realizados desde o início do exercício.</p> <p>Haverá relatórios trimestrais das avaliações e ao final do ano será entregue um relatório completo. Foi ressaltada a necessidade de sensibilização por parte das unidades sobre a importância do <i>feedback</i> e participação nas avaliações de Reação e de Impacto.</p>		



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

1ª RAE- PE/ CSJT– 16/09/2021

Em relação ao “Índice de impacto dos eventos de capacitação promovidos pelo CSJT”, foi informado que cada evento terá um servidor designado da unidade para acompanhar a ação de capacitação. Destacou-se que devido a complicações no início do ano e com outras demandas prioritárias, alguns servidores cuidarão de mais de um evento.

Para o ano de 2021, será realizada a medição da linha de base e somente em 2022 a 2026 as metas serão definidas a partir da linha de base.

Demonstrado que a média de impacto (de cursos apurados até o momento) está em 70,23% e que esta porcentagem é considerada uma indicação alta.

Encaminhamento: Dra. Carolina solicitou que fosse colocado o formulário de pesquisa no relatório de gestão, como anexo. Foi registrada a satisfação do grupo em relação a iniciativa de implantação da Resolução 63, pois havia preocupação de atrasos devido às atualizações ocorridas. Sobre capacitação foram feitas considerações, que se deve organizar uma forma mais objetiva em relação à coleta de informações dos participantes das capacitações, para que não somente conte com a sensibilidade dos gestores ao fazerem as indicações de participação. Sr. Ivan expressou sua admiração pela atuação da Dra. Carolina juntamente com a presidência do TST na implementação da resolução 296, estando passos à frente na administração de pessoal em relação a órgãos em âmbito estadual e federal.

Item:	2.5. Apresentação de resultados SETIC	ID
-------	---------------------------------------	----

Sr. Luiz Antônio apresentou o indicador de “Índice de conformidade com a privacidade e proteção de dados dos usuários (ICPPDU)” que seria um indicador inspirado no plano de estratégia nacional do poder judiciário, com conformidade à LGPD.

Informou que estão sendo seguidos os mesmo critérios de mensuração, já consolidados, que o Ministério da Economia faz em relação à administração pública federal. Que este indicador possui 7 dimensões de medição (Governança, Conformidade Legal, Transparência, Rastreabilidade, Adequação de Contratos, Segurança da Informação e Violação de Dados).

O levantamento é realizado através de formulário enviado aos TRTs.

Foi apresentado o resultado obtido pelos TRTs em agosto/2021, o qual apresentou nota média de 0,32, atingindo o nível básico na escala de medição definida. Ressaltou-se que a meta para esse indicador no ano de 2021 é atingir o "nível básico".

Foram destacadas as disparidades de resultados obtidos entre alguns dos Tribunais Regionais, além do não encaminhamento de dados dos TRTs da 5ª Região, da 9ª Região e da 10ª Região.

Em relação a entrega dos dados, foi informado que não houve padronização de envio de resposta indicando assim a necessidade de criar padrão para tais cobranças.

Para o “Índice de satisfação com os sistemas da SETIC (ISTIC)”, foi informado que por ser um indicador semestral sua medição terá início a partir de outubro/2021.

Encaminhamento: Dra. Carolina reforçou a necessidade de padronização na coleta de dados junto



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

1ª RAE- PE/ CSJT– 16/09/2021

aos TRTs para todas as unidades, e que o Conselho precisa de fato investir nessa questão. Sr. Ivan destacou que na AGGEST utiliza a ferramenta *LimeSurvey* e que está disponível para as unidades do Conselho.

Outra sugestão feita pela Dra. Carolina foi a divulgação dos resultados dos trabalhos realizados, de modo que isso incentive os Tribunais Regionais a responderem os questionamentos feitos pelas unidades.

Item:	2.6. Apresentação de resultados SECOM	ID
<p>Sr. Alessandro Jacó apresentou a iniciativa de “Levantamento das potencialidades e pontos de melhorias da JT (imagem)”, e destacou a importância de se ter uma pesquisa especializada para colher dados específicos de imagem da Justiça do trabalho, pois as que constam são somente internas ou superficiais não focando somente na JT.</p> <p>Relatou que foi realizada consulta de mercado com empresas que prestam esse tipo de pesquisa e encaminhada para avaliação da administração (via Processo Administrativo).</p> <p>Informou que caso a administração não aprove a contratação, levantaria a possibilidade de solicitar auxílio da AGGEST e Estatística do TST para elaborar a pesquisa internamente, para que mesmo com a negativa consiga atingir o objetivo proposto.</p> <p>Em seguida, apresentou o indicador “Índice de ações integradas de comunicação social (IAIC)”, e informou que não possui dados medidos até o momento. Relatou que está em andamento elaboração planilha estruturada para coleta de dados junto aos TRTs e que será apresentada para a AGGEST em breve. Destacou que a atualização desses dados pelos Regionais deve ser feita somente ao final do ano, pois matérias, posts e vídeos publicados de campanhas são conteúdos que geram dados novos constantemente, assim ao final do ano teria um número mais expressivo.</p> <p>Encaminhamento: Dra. Carolina informou que já houve negativa de contratação de empresa para realização de pesquisa pela Presidente, mas que está pendente a conclusão do processo. Propôs que seja formado Grupo de Trabalho com os TRTs para qualificar o desenvolvimento de pesquisa unificada para a JT, no lugar da contratação. Adicionalmente, sugeriu verificar a possibilidade de convênio acadêmico para desenvolvimento da pesquisa. Informado pelo Sr. Ivan que o CNJ irá realizar pesquisa no âmbito nacional onde foi solicitada a indicação de perguntas específicas relacionadas a JT.</p>		

Item:	2.7. Apresentação de resultados Auditoria.	ID
<p>Sr. Rilson informou não haver apuração para o primeiro semestre, pois no momento estão realizando auditorias sistêmicas envolvendo os 24 TRTs que ainda não foram concluídas. Acrescentou que a partir de agosto os dados começarão a ser entregues e os resultados serão apresentados no segundo semestre.</p>		



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

1ª RAE- PE/ CSJT– 16/09/2021

Item:	2.7. Apresentação de resultados SG	ID
<p>Dra. Carolina apresentou a iniciativa de “Regulamento geral do CSJT”, informando que está sendo tratado no âmbito da Assessoria Jurídica. Relatou que as contribuições encaminhadas pelas unidades já estão sendo consolidadas e que a SGPES e SETIC são as unidades mais impactadas com as adequações.</p> <p>Informou que a publicação do novo regulamento será feita após a validação das unidades e a aprovação da Secretaria-Geral seguida de com revisão e validação da Presidência.</p> <p>Em relação ao SEI, esclareceu que o sistema já estava em funcionamento e reforçou a orientação que não se deve abrir novos processos no PAe.</p> <p>Indicou que a partir do dia 21/09, serão dadas as orientações sobre a migração de processos do PAE para o SEI.</p>		

Ciência:

Nome
Carolina da Silva Ferreira Secretária Geral
Ivan Bonifácio Assessor de Governança e Gestão Estratégica do CSJT
Maria Tereza Orlandi Ouvidoria
Edson Roberto Rasia SEOFI
Janaína Luciana de Lima Gomes Secretária de Gestão de Pessoas do CSJT
Luiz Antônio Mendes Garcia SETIC
Alessandro Jacó de Almeida SECOM
Rilson Ramos de Lima Auditoria
Claudia Pereira de Souza Brandão Fernandes CSAN/SETIC
Silvio Rodrigues Campos SGRCSJT
Mayara Cristina de Faria Wiira SGRCSJT



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

1ª RAE- PE/ CSJT– 16/09/2021

Reginaldo Pereira de Matos CGDOC
Daniel Souto Rocha CTPJE/SETIC
Ana Leticia Moura Vilela NUGOV/SETIC
Ana Luisa Amorim Ribeiro Servidora da AGGEST
Daniel Gerbis Servidor da AGGEST